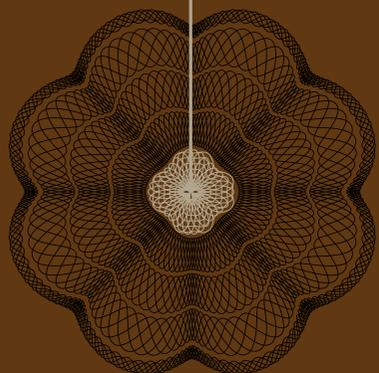


5

Inserção internacional



MUSEU DE VALORES

1972

40
ANOS

2012



Entre as curiosidades monetárias, destaca-se a moeda-bote chinesa.

O Museu conta também com uma máquina de cunhagem. Aos visitantes, como recordação de sua visita, são entregues medalhas.



O ATUAL MUSEU DE VALORES

Nos 1.300m² ocupados pela área de exposição do Museu, são mostradas mais de 2.500 peças do acervo. O espaço que conta a história da evolução dos meios de pagamento abriga as seguintes salas: Brasil; Curiosidades Monetárias; Emissões do Banco Central; Mundo; Outros Valores; Ouro. Há, ainda, espaço destinado ao desenvolvimento de atividades complementares com escolares.

PLANTA BAIXA DO MUSEU

- | | |
|----------------------------------|-------------------------|
| 1 • Sala Brasil | 5 • Sala Outros Valores |
| 2 • Sala Curiosidades Monetárias | 6 • Sala Ouro (Casulo) |
| 3 • Sala Emissões do BC | 7 • Máquina de cunhagem |
| 4 • Sala Mundo | |

A inserção internacional do Brasil, após a última crise econômica mundial, ascendeu a novo patamar. Tal situação tem gerado necessidade de reforçar a participação do Brasil em diversos fóruns internacionais, tanto quantitativamente, pelo aumento do número de fóruns para os quais tem sido convidado a participar, como qualitativamente, pela mudança do papel desempenhado nesses fóruns. Ao mesmo tempo, à medida que se torna mais representativo o papel desempenhado pelas economias emergentes, aumenta a importância dos processos de integração econômica e financeira regional para o Brasil. Tal mudança representa um desafio para a estruturação eficiente das ações de relacionamento institucional na área internacional no âmbito do BCB.

5.1 Contexto econômico internacional

A economia mundial em 2011 iniciou-se com um cenário de crescimento em duas velocidades distintas, mas mostrou-se muito volátil e desafiadora para a gestão de políticas econômicas nos países emergentes e no Brasil, influenciando a atuação do BCB nos fóruns e nas organizações internacionais. As economias avançadas enfrentavam ausência de confiança na retomada e crescimento lento, as economias emergentes registravam taxas de expansão elevadas. Embora a inflação estivesse em alta na maioria dos países, influenciada pela elevação dos preços internacionais de *commodities*, especialmente alimentos, as economias emergentes tiveram de lidar com o sobreaquecimento na atividade econômica e com os riscos ensejados pelos abundantes fluxos de capitais.

A perspectiva positiva para as economias avançadas não se confirmou. Ao contrário, no terceiro trimestre, ficou claro que a incipiente recuperação econômica havia sido interrompida, em parte pelo impacto negativo do desaquecimento na economia americana, do terremoto ocorrido em março, no Japão, e da instabilidade política no norte da África e no Oriente Médio. Ademais, houve deterioração na fragilidade financeira e no financiamento das dívidas soberanas dos países mais vulneráveis na Zona do Euro, que teve origem nos problemas estruturais agravados pela grande turbulência financeira mundial ocorrida em 2008/2009. A grave crise de confiança lançou novas dúvidas sobre a estabilidade dos sistemas financeiros, deteriorando a perspectiva para o crescimento econômico global, sem que haja ainda solução estrutural que afaste a ameaça latente de grave crise financeira na Europa, com possíveis desdobramentos em escala global.

No terceiro trimestre, as economias emergentes passaram a enfrentar o desafio de acomodar-se aos movimentos financeiros gerados pelo comportamento defensivo dos investidores (fuga para a qualidade) e a perspectiva de desaceleração no crescimento de suas economias. A atuação dos bancos centrais levou à reversão paulatina nos movimentos de aperto monetário e prudencial ocorridos anteriormente, diferenciada em razão das circunstâncias particulares de cada país. A incerteza sobre a evolução da economia mundial, que envolve tanto a probabilidade de novas medidas monetárias não convencionais, com efeitos positivos mais ou menos transitórios, como a transformação da volatilidade nos mercados financeiros em instabilidade com surtos de crise, tem sido fundamental para orientar os esforços da comunidade internacional, coordenados pelo G20, com participação do Brasil, até mesmo por intermédio do BCB.

5.2 Panorama para atuação em fóruns e organizações internacionais

O panorama para atuação do Brasil e do BCB em fóruns e organizações internacionais, liderados pelo G20, que envolve Fundo Monetário Internacional (FMI), BIS e outras entidades, foi influenciado por duas ordens de considerações, as motivadas pelo contexto internacional (seção 5.1) e as orientadas para os aspectos estruturais derivados do debate sobre as lições da crise internacional. Quanto aos temas mais conjunturais, tiveram destaque a volatilidade no preço das commodities e o surto de ingressos de capital para as economias emergentes, que geraram dilemas de política e riscos significativos para as políticas econômico-financeiras. Com o agravamento da situação europeia, ganhou relevância a discussão sobre o reforço às redes de proteção financeira multilateral, com destaque para a melhoria no perfil dos instrumentos de apoio financeiro do FMI.

Já no que concerne à dimensão estrutural, o debate sobre as origens da crise de 2008/2009 fez com que a pauta internacional se dividisse em três grandes linhas de atuação: correção de desequilíbrios macroeconômicos globais; fortalecimento de pontos relativos à regulação; e reforma do sistema monetário internacional.

O processo de avaliação mútua de políticas em prol de melhor coordenação entre as ações dos países é uma das iniciativas duradouras na primeira linha. O Plano de Ação lançado na Cúpula de Cannes, em novembro, buscou lidar com as vulnerabilidades de curto prazo, fortalecendo os fundamentos para o crescimento de médio prazo. Apesar do contexto econômico internacional mais negativo, a posição negociadora brasileira, com

apoio do BCB, tem enfatizado a necessidade de combinar os focos em sustentabilidade fiscal e ações anticíclicas no curto prazo.

De maneira ampla, o BCB considera que uma ênfase excessiva no monitoramento da acumulação de reservas e no controle quanto ao emprego de medidas para o manejo dos fluxos de capitais acaba se atendo aos sintomas ou para os fenômenos associados a um desequilíbrio mais profundo na economia mundial, que apresenta múltiplas faces, entre elas: lenta superação dos desequilíbrios macroeconômicos e externos globais; assimetria na velocidade de expansão entre economias do G₃ (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e as nações emergentes, cuja dimensão palpável reflete-se na expansão da liquidez e nas taxas de juros reais negativas observadas nos países avançados.

Por outro lado, a crise financeira tornou evidente a necessidade de ajustes e aprimoramento na estrutura regulatória do sistema financeiro em âmbito mundial (segunda linha). Há consenso em torno da necessidade de se consolidar uma regulação financeira mais rígida, que traga mais confiança aos mercados e reduza a probabilidade e o impacto de futuras crises. Para atender a esse mandato, foram ampliados o escopo e a abrangência de fóruns já existentes sobre regulação financeira, ressaltando-se o papel significativo do Brasil e de outras nações emergentes no FSB e no *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), que passaram a atuar em coordenação mais intensa com o G₂₀.

Ademais, os governos prestaram mais atenção à estabilidade financeira, que passou a ser vislumbrada, cada vez mais, como atributo intrinsecamente relacionado à consistência das políticas macroeconômicas. O papel atual dos bancos centrais tornou-se ainda mais complexo no contexto pós-crise, não só pelos dilemas de curto prazo relacionados com o contexto de volatilidade internacional, mas também porque as propostas discutidas nos fóruns internacionais dependem de análise mais específica dos efeitos macroeconômicos da regulação financeira, da busca de mais transparência e reforço na disciplina de mercado, da elevação nos padrões de supervisão e da intensificação da cooperação internacional. Assim, respostas adequadas de política econômica apoiaram-se num conjunto abrangente de instrumentos, mesclando o gerenciamento da demanda agregada e medidas macroprudenciais.

Apesar do avanço nos estudos e discussões, a transição para um novo sistema monetário internacional (terceira linha) mostra-se ainda um pouco remota. Em parte, porque qualquer solução mais inovadora, a exemplo da evolução dos Direitos Especiais de Saque (DES) rumo a um novo padrão monetário internacional, depende de condições de natu-

reza estrutural, que são mais difíceis de cumprir e negociar em contexto internacional de mais volatilidade e incerteza.

5.3 Atuação do Banco Central do Brasil nos principais fóruns econômicos multilaterais

A atuação do BCB nos diversos fóruns internacionais envolve a busca de um papel agregador e construtivo, sinalizador dos riscos macroeconômicos globais (como a volatilidade cambial e fluxos excessivos de capital) e de suas possíveis ou reais consequências para os países emergentes, em especial o Brasil. As atitudes cooperativas prosperaram no campo da regulação financeira global, tendo sido vocalizadas em prol da redução de desequilíbrios macroeconômicos e externos excessivos entre países e blocos.

G20

Em um cenário marcado por persistentes fragilidades estruturais e choques diversos nas economias avançadas, torna-se indispensável a adoção de respostas políticas coordenadas que favoreçam um ambiente propício à retomada do crescimento. O G20, alçado ao *status* de grupo de chefes de governo depois da crise financeira de 2008, tem papel de destaque nessa questão.

Com o foco nos desequilíbrios macroeconômicos globais, o G20 decidiu que haveria maior compromisso por parte dos países, inclusive do Brasil, em ações que favoreçam um crescimento mais forte, sustentável e equilibrado. Assim, recentemente, os países submeteram ao grupo uma lista de medidas detalhadas que estão adotando no intuito de assegurar tal crescimento.

Na Cúpula de Líderes de Seul, ocorrida em 2010, concordou-se em explorar maneiras para melhorar o funcionamento do Sistema Monetário Internacional (SMI). Assim, no início da presidência francesa do G20, em 2011, estabeleceu-se um grupo de trabalho sobre a reforma do SMI. Dado o escopo das questões tratadas, dividiu-se esse grupo em dois subgrupos: Gerenciamento de Fluxos de Capitais (CFM) e Gerenciamento da Liquidez Global (GLM).

O Brasil teve atuação de destaque como um dos coordenadores do subgrupo de Gerenciamento de Fluxos de Capitais. Dois seminários, no âmbito do CFM, foram promovidos no país. Um deles, sobre política monetária e regulação macroprudencial, foi

organizado pelo BCB em colaboração com instituições financeiras internacionais. A pauta desse subgrupo contemplou discussões sobre a combinação de políticas econômicas ante a volatilidade nos capitais internacionais, bem como o uso e a utilidade de medidas macroprudenciais e de controles de capitais. Foi elaborado um relatório com os resultados das experiências dos países do G20 na administração de fluxos de capitais, acompanhado de um plano de ação sobre a emissão de bônus em moeda local.

No GLM, a posição do Brasil tem sido a de considerar que o avanço recente e a perspectiva de aperfeiçoamentos nas redes de proteção financeira não devam se refletir em prevenção ou mesmo discriminação à opção das nações por acumular ou não reservas. As estatísticas indicam que o Brasil possui reservas que não são elevadas comparativamente, e a pronta disponibilidade de ativos externos foi muito importante na mitigação dos impactos mais imediatos e deletérios da crise internacional. Como resultado dos impasses ocorridos, o produto do subgrupo ateve-se à divulgação de estudos preliminares do FMI e do BIS sobre liquidez global e à apresentação de princípios de cooperação entre o FMI e arranjos financeiros regionais.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Em 2011, o debate econômico no âmbito do FMI priorizou uma agenda bastante complementar à do G20, destacando-se o debate sobre o funcionamento do sistema monetário internacional. A discussão sobre o tema ao longo do ano envolveu a atribuição de novos papéis aos DES, a formulação de indicadores de adequação do nível de reservas, a internacionalização de moedas de mercados emergentes e o desenvolvimento (aprofundamento) dos seus sistemas financeiros.

No âmbito do FMI, prevaleceu a posição confirmada no G20, em linha com a defendida pelo Brasil, de não se estabelecer um arcabouço ou um código de conduta para lidar com os fluxos intensos e voláteis de capital externo, mantendo-se a flexibilidade na utilização das opções de política econômica à disposição dos países. Trata-se de uma mudança importante em relação à postura tácita do FMI nos anos 1990, em favor da liberalização de fluxos de capital, para uma posição mais comedida, que entende os controles de capital como instrumentos que podem eventualmente ser utilizados, como parte de um conjunto de políticas econômicas consistentes.

Como resultado indireto do aperfeiçoamento de seu papel após a crise internacional, a *surveillance* do FMI foi alvo de importantes reformas em 2011, com a introdução de dois novos relatórios: os *Spillover Reports* (relatórios de impactos transfronteiriços) e o *Consolidated Multilateral Surveillance Report* (CMSR). O primeiro relatório foi elaborado

para as cinco regiões com maior influência sistêmica (EUA, China, Japão, Inglaterra e Zona do Euro) e identifica os impactos de políticas domésticas desse grupo na economia de outros países. O segundo relatório é uma tentativa de integrar as mensagens dos diversos relatórios econômico-financeiros produzidos pelo FMI em única mensagem.

No que diz respeito à *surveillance* do Brasil, o BCB (como outros órgãos da administração pública) participou ativamente no atendimento às missões de avaliação do FMI para a consulta anual, estabelecida pelo artigo IV do Convênio Constitutivo daquela instituição. Além das avaliações anuais, em 2011 tiveram início os trabalhos do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), conduzido em conjunto por FMI e Banco Mundial, em coordenação com autoridades nacionais. O programa tem como finalidades avaliar a estabilidade do setor financeiro, bem como identificar questões relacionadas ao desenvolvimento do setor, o que pode contribuir para o aperfeiçoamento do sistema financeiro nacional. O BCB recebeu, em setembro, uma missão introdutória, com membros das duas instituições, que apresentou os principais pontos do programa e iniciou a definição do escopo da avaliação, que será concluída no primeiro semestre de 2012.

Como elementos de suporte ao FSAP, serão produzidos sete relatórios de observância a códigos e padrões (*Reports on the Observance of Standards and Codes – ROSCs*), para avaliar o grau de adesão do Brasil a padrões internacionais em diversas áreas. Quatro ROSCs são de responsabilidade do Banco Mundial, e serão avaliados no fim de 2011: Contabilidade e Auditoria; Princípios de Governança Corporativa; Sistema de Pagamentos e Compensações; e Insolvência e Direitos dos Credores. Os outros ROSCs serão avaliados pelo FMI no início de 2012: Supervisão Bancária; Regulação de Valores Mobiliários; e Supervisão de Seguros.

O FMI também sofreu mudanças significativas na sua estrutura de financiamento, com a entrada em vigor da reforma de quotas ad hoc de 2008 e da ampliação do *New Arrangements to Borrow* (NAB), acordado em 2010.

A reforma de quotas ampliou a contribuição de 54 países ao FMI, no valor de DES20,8 bilhões (US\$32,7 bilhões). Para o Brasil, as quotas no FMI passaram de DES3,04 bilhões (US\$4,75 bilhões) para DES4,25 bilhões (US\$6,65 bilhões). O aumento também representou uma maior participação relativa do Brasil no Fundo – de 1,42% para 1,78% –, o que confere ao país maior participação nas decisões do organismo. Espera-se que em 2012 entre também em vigor a reforma de quotas de 2010, que elevará a participação do Brasil para 2,32%.

A ampliação do NAB representa importante reforço aos recursos disponibilizados ao FMI na forma de empréstimos. O novo NAB, que consolida uma série de acordos bilaterais de empréstimo ao FMI e coloca novos recursos à disposição, totaliza DES367,5 bilhões (US\$575,5 bilhões). A contribuição do Brasil ao NAB pode somar até DES8,74 bilhões (US\$13,7 bilhões) e incorpora o acordo de compra de notas firmado em 2010, no valor de US\$10 bilhões. Até novembro de 2011, o Brasil já havia fornecido DES750 milhões (US\$1,17 bilhão) sob o programa.

BANCO MUNDIAL

O BCB, por intermédio do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), participou de dois grupos de trabalho coordenados pelo Banco Mundial, relacionados com sistemas de pagamentos.

Um deles, constituído pelo BCB e pelo Banco Central Europeu, teve como objetivo desenvolver metodologia para elaboração de diagnóstico de sistemas de pagamento de varejo. O relatório final atinente, baseado nas experiências dos dois bancos centrais, apresentará diretrizes gerais que poderão ser observadas, em outros países, na realização de diagnósticos dessa espécie.

O outro grupo de trabalho, denominado Grupo Consultivo Internacional para Pagamentos de Governo, do qual participaram representantes de entidades públicas e privadas de países como EUA, Itália, México e Rússia, teve, por sua vez, o objetivo de elaborar diretrizes para desenvolvimento e implementação de programas de pagamentos de governo. Nesse contexto, foram considerados os papéis, em cada país, das autoridades públicas e do setor privado.

BANCO DE COMPENSAÇÕES INTERNACIONAIS

Como membro do comitê de sistemas de pagamentos e de liquidação do Banco Internacional de Compensações (CPSS/BIS), o BCB participou das principais discussões que envolveram a preservação da estabilidade financeira e promoção da eficiência do sistema financeiro por meio do sistema de pagamentos. Destaca-se a participação na elaboração do relatório Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro, documento basilar no campo de vigilância do sistema de pagamentos, que se encontra em fase de finalização pelo CPSS/Iosco.

Além disso, o BCB participou das seguintes atividades promovidas pelo BIS:

- grupo de trabalho *Research Task Force* (RTF), que faz parte do subcomitê *Policy Development Group* (PDG) do Comitê de Basileia. O RTF congrega representantes

dos setores de pesquisa sobre risco e estabilidade financeira de bancos centrais e autoridades supervisoras de diversos países. O BCB participou do subgrupo Canais de Transmissão de Política Monetária, com apresentação de trabalhos em dois *workshops* (Bruxelas, março de 2011; e Cidade do México, maio de 2011);

- reuniões do *Consultative Council for the Americas* (CCA);
- BIS CCA *Research Network* em *Capital Flows, Policy Responses and Risks of Sudden Reversals* – projeto em fase inicial;
- reunião de Diretores de Bancos Centrais de Economias Emergentes (*Annual Meeting of Deputy Governors from Emerging Economies*);
- reuniões do *Macroeconomic Assessment Group* (MAG) – grupo de trabalho que envolve cerca de vinte bancos centrais, agências supervisoras, Comissão Europeia, FMI e BIS, encarregado de estimar o impacto macroeconômico dos novos requerimentos de liquidez e de capital a serem recomendados pelo Comitê de Basileia;
- reuniões do *Working Group* do *Committee on the Global Financial System* (CGFS) *Selection and Application of Macroprudential Instruments*. Os trabalhos do grupo estão em andamento, com previsão de conclusão em março de 2012;
- reunião de economistas-chefes (*Annual Meeting of Chief Economists*).

A participação brasileira em instâncias de diálogo e grupos de trabalho internacionais como o *Standard Implementation Group* (SIG), o *International Liaison Group – Working Group on Capital* (ILGC), o *Cross Border Resolution Group* (CBRG), o *Capital Monitoring Group* (CMG), o *Working Group of Liquidity* (WGL), o *Quantitative Impact Study* (QIS), o *CGFS Study Group*, entre outros, reforça a solidez do SFN, ao defender os interesses nacionais nas discussões e alinhar o país às melhores práticas de supervisão bancária. Esses trabalhos possibilitam ao Brasil divulgar sua estrutura normativa e seu modelo de supervisão.

5.4 Participação do Banco Central do Brasil em fóruns de estabilidade e inclusão financeira

A crescente atuação do país no cenário internacional reforça o compromisso com a adoção consistente de padrões regulatórios globais. O apoio às propostas que visam à estabilidade financeira global constitui o reconhecimento de que regras aplicadas em comum garantem equilíbrio em termos competitivos e solidez dos sistemas financeiros, em benefício da atividade econômica local e mundial.

No plano político, o debate e a coordenação das ações destinadas a superar a crise financeira e promover mudanças em prol da estabilidade financeira global passaram a ocorrer no âmbito do G20. O *Financial Stability Forum* (FSF) teve suas funções ampliadas, passando a denominar-se *Financial Stability Board* (FSB) e a contar com a participação de países emergentes, inclusive o Brasil.

FINANCIAL STABILITY BOARD

O FSB está encarregado de coordenar e consolidar as propostas de aperfeiçoamento econômico e financeiro, avaliar sua implementação, identificar vulnerabilidades e promover a cooperação entre jurisdições. Nesse sentido, o conselho instituiu grupos para discussão e proposição de ações coordenadas de regulação econômica e financeira.

O BCB tornou-se membro do FSB já em sua constituição, em 2009, e tem participado do seu Comitê Diretor (*Steering Committee*).

Em 2011, o FSB concentrou sua agenda na conclusão do pacote de reformas regulatórias acordado na esteira da crise financeira, bem como na consolidação de estrutura sólida de avaliação por seus pares acerca do cumprimento dos padrões internacionais de regulação financeira nas diversas jurisdições. Quanto ao primeiro ponto, destaca-se em particular a elaboração, em trabalho conjunto com o Comitê de Basileia, de requisitos adicionais de capital e adoção de planos de contingência para instituições sistemicamente importantes no plano global e o movimento pela padronização e pelo aumento da transparência dos contratos de derivativos.

A atuação do BCB no FSB pauta-se pelo apoio às reformas regulatórias, pela defesa do princípio da isonomia (*level playing field*) na implementação dessas reformas, bem como pela informação dos demais membros quanto a especificidades institucionais e legais do sistema financeiro nacional que devem ser consideradas na formulação das propostas de reforma dos padrões internacionais.

Ante as fragilidades identificadas na recente crise financeira, o *Joint Forum* do BCBS, publicou, em janeiro de 2010, relatório com o objetivo de subsidiar a avaliação dos potenciais riscos sistêmicos que poderiam não estar sendo adequadamente tratados pelo arcabouço regulatório vigente. Uma das principais fontes de risco sistêmico destacadas no relatório foi o mercado de crédito imobiliário, especialmente os critérios de originação dessas operações. Em meados do mesmo ano, o FSB, em razão das recomendações do *Joint Forum*, instituiu grupo de trabalho com representação do BCB para analisar o assunto.

Como resultado, foi publicado em março deste ano o relatório intitulado *Thematic Review on Mortgage Underwriting and Origination Practices*, que traz diagnóstico das melhores práticas de origemação de créditos imobiliários identificadas internacionalmente, além de seis recomendações que deveriam nortear a origemação desses créditos e a supervisão do segmento.

COMITÊ DE BASILEIA PARA SUPERVISÃO BANCÁRIA

No plano específico da regulamentação prudencial aplicável a instituições financeiras, o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS), entidade responsável pela proposição de novos padrões regulatórios, passou a contar com a participação de economias emergentes a partir de 2009. Integram o BCBS 27 economias, entre elas as representadas no G20, de que participa o Brasil.

Uma preocupação fundamental do BCB na proposição e negociação de propostas de aperfeiçoamentos regulatórios foi a redução da prociclicidade, ou seja, a tentativa de evitar que as regras induzam à aceleração demasiada da intermediação financeira na fase favorável do ciclo econômico, podendo haver, na retração do ciclo, movimento brusco de colapso no preço dos ativos e severa contração do crédito ao setor privado. O conjunto das proposições de aperfeiçoamento regulatório oriundas do BCBS é conhecido como Basileia III.

Como o Brasil já adota, de maneira geral, regras prudenciais mais estritas que a média das outros países e conta com uma estrutura de supervisão sólida dos pontos de vista legal e operacional, não se espera que a adaptação aos novos padrões exija grande esforço da parte do sistema financeiro brasileiro. Além disso, o impacto inicial será atenuado, diante do escalonamento gradual na adoção das alterações regulamentares e da recepção parcial da situação existente até a definição das novas regras.

INCLUSÃO FINANCEIRA

Embora a inclusão financeira seja um tema novo na agenda internacional, ganha cada vez mais espaço no debate e prioridade nas ações de diálogo e cooperação. No âmbito do G20, foi constituído o Grupo de Especialistas em Inclusão Financeira – *Financial Inclusion Experts Group* (FIEG). Na esfera desse grupo, foram constituídos, em 2010, o Subgrupo de Acesso por Meio da Inovação – *Access Through Innovation Subgroup* (ATISG) – e o Subgrupo de Finanças para Pequenas e Médias Empresas – *Small and Medium Enterprise Finance* (SME).

Em 2010, a coliderança brasileiro-australiana resultou na definição dos princípios do G20 para Inclusão Financeira Inovadora e em plano de ação, para que cada um dos países se alinhasse a esses princípios, constituindo-se a Parceria Global pela Inclusão Financeira, instituída em Seul, no final de 2010. Em 2011, o Brasil atuou ativamente em diversas atividades no âmbito da referida parceria, com atuação no Grupo de Dados e Indicadores para Inclusão Financeira e no Grupo de Implantação dos Princípios do G20, particularmente no tocante ao engajamento dos organismos internacionais que estabelecem padrões no sistema financeiro internacional, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

Foram realizadas tratativas para o estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre o BCB e o *Consortium on Financial System and Poverty* (CFSP), sediado na Universidade de Chicago, no intuito de realizar estudos relacionados aos temas inclusão financeira e mercado de crédito no Brasil.

5.5 Integração financeira e monetária internacional

No âmbito regional, em consonância com as políticas do governo federal, o BCB se orienta para a construção de um arcabouço institucional e de instrumentos que favoreçam a integração financeira e monetária no Mercosul com a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e com outras nações e regiões do globo. O objetivo final não consiste apenas em aumentar as transações financeiras e do investimento, mas também em propiciar o aumento de produtividade das empresas e beneficiar em benefício as empresas pelo aumento da produtividade e o consumidor pelo aumento da qualidade dos produtos e serviços produzidos e oferecidos na região.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

No que tange ao setor financeiro, as negociações visam uma integração que proteja tanto os investidores e prestadores de serviços financeiros brasileiros no exterior, quanto os consumidores brasileiros em relação a investimentos e prestações de serviços por estrangeiros no Brasil.

A atuação do BCB nesse processo se dá essencialmente no âmbito do SGT-4, composto pelos órgãos reguladores dos setores bancário, de seguros e de mercados de capitais dos países membros, que vêm avançando, de forma que se estabeleçam as bases que possibilitarão efetiva integração financeira (detalhes sobre a atuação do BCB no campo de

prevenção à lavagem de dinheiro no item 3.8, capítulo 3, página 54, deste relatório). O BCB, portanto, tem coordenado os reguladores financeiros brasileiros nas negociações e acordos internacionais para liberalização de serviços financeiros e investimentos. O objetivo dos países do Mercosul é alcançar a liberalização até 2015.

A atenção conferida à integração financeira e monetária cresceu com a entrada do BCB no circuito de debates da Unasul, requerendo ação imediata do BCB para analisar e formular opções de negociação para aprofundamento da cooperação regional. A atuação do BCB tem se focalizado no Conselho de Economia e Finanças da Unasul e seu Grupo de Trabalho de Integração Financeira, que se orienta para o desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais sul-americanos; a utilização das moedas regionais no comércio e no investimento; e o estabelecimento de instituições regionais para impulsionar o processo de integração comercial, econômica e financeira. Além disso, o BCB vem contribuindo para a criação do Banco de Desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (Banco do Sul). O BCB participa, em caráter consultivo, do Grupo de Trabalho 2 – Gestão Financeira, Creditícia e de Riscos (GT2), coordenado pelo Brasil, sobretudo para tratar de questões que envolvam a regulação do SFN, contribuindo na elaboração dos documentos que tratam de política financeira, operacional, corporativa de crédito e de gestão de risco.

Com o aumento da representatividade do Brasil e da América Latina no campo da integração, a atuação do BCB tem sido cada vez mais solicitada nos processos de negociação, que se multiplicam: Mercosul-União Europeia, Mercosul-Colômbia, Mercosul-Canadá, Brasil-México, Brasil-Chile.

Merecem destaque, ainda, as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio/Acordo Geral de Comércio em Serviços (OMC/GATS), nas quais se pretende estabelecer um arcabouço normativo internacional aplicável ao comércio de serviços e ao espaço regulatório dos governos.

DIÁLOGO DE POLÍTICAS E CONVERGÊNCIA MACROECONÔMICA NO MERCOSUL

O BCB tem participado no diálogo de políticas macroeconômicas e financeiras, acreditando que a gradual convergência macroeconômica possa reforçar as políticas de integração financeira. Entre as instâncias principais desse diálogo, destacam-se as reuniões de presidentes de bancos centrais dos países do Mercosul, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela e as do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul. Esses eventos têm possibilitado análise conjunta da evolução e da perspectiva da economia mundial *vis-à-vis* à conjuntura econômica em cada país.

Em 2011, foram realizadas duas reuniões de presidentes de bancos centrais – no Peru e no Chile –, nas quais, ademais da análise do cenário econômico, foram examinadas as experiências sobre temas específicos como: efeitos inflacionários e respostas de política monetária frente a choques de preços de alimentos e energia; medidas macroprudenciais; modalidades de ingressos de capitais; inclusão e aprofundamento financeiro.

No âmbito do GMM, foram realizadas quatro reuniões – duas no Paraguai e duas no Uruguai –, em que foram analisados temas demandados pelos ministros de Fazenda e Finanças e pelos presidentes de bancos centrais, como nível adequado de reservas internacionais; impacto dos fluxos de capitais na região; políticas fiscais anticíclicas; e revisão da política de metas de convergência macroeconômica do Mercosul, estabelecidas nas Declarações de Florianópolis (2000) e de Brasília (2002), bem como outras propostas de coordenação macroeconômica para a região.

Em julho de 2011, encerrou-se o Projeto de Apoio ao Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (Projeto AMM), cofinanciado pela União Europeia e coordenado pelo GMM, cujos principais objetivos foram homogeneizar as metodologias de cálculo e compilar as estatísticas monetárias e financeiras, fiscais e de balanço de pagamentos – instrumentos imprescindíveis para medir as condições convergentes de estabilidade fiscal, monetária e financeira das economias do bloco, além de embasar comparações acuradas entre elas e tornar viáveis análises macroeconômicas do mercado comum –, e promover o diálogo macroeconômico que resultou na produção, por renomados acadêmicos e *experts*, de estudos comparativos entre os países da região e com países de fora da região, analisando experiências e propondo ações conjuntas, com vistas ao fortalecimento da integração regional. Os resultados desse projeto, estudos, estatísticas, bem como outras atividades do GMM, estão disponíveis no novo portal do Grupo – <<https://www.gmm-mercosul.org/home>> – desenvolvido no BCB.

SISTEMA DE PAGAMENTOS EM MOEDA LOCAL – BRASIL-ARGENTINA

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) vigente com a Argentina continuou sua trajetória ascendente durante este ano, tanto em volume de operações como no montante cursado, movimentando, até o final de outubro, R\$1,35 bilhão, valor quase duas vezes superior ao mesmo período do ano anterior. As transações realizadas desde o início do seu funcionamento, em outubro de 2008, superam a marca de R\$3 bilhões. Ao longo do ano, avançaram as tratativas para permitir a fixação do valor de importações brasileiras em reais, além da inclusão de outros tipos de operações não relacionadas ao comércio exterior, tais como pagamentos de benefícios previdenciários.

O BCB recebeu, neste ano, delegações do *Banco de la República de Colômbia*, do Banco Popular da China e do Banco Central da Rússia para troca de experiências sobre o SML e avaliação das possibilidades de se estabelecerem transações em moedas locais com esses países, que envolvem tanto opções mais próximas ao modelo com a Argentina como correspondentes bancários. Algumas das opções debatidas requerem mudanças na legislação brasileira e estão sendo analisadas pelas áreas técnicas do BCB.

Destaca-se a conclusão dos testes dos sistemas de informação que possibilitarão operar pagamentos em moedas locais com o Uruguai. Os bancos centrais aguardam apenas aprovação de lei pelo Congresso brasileiro que permita ao BCB conceder uma margem de contingência, para darem início às operações no sistema.

CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) movimentou, em 2011, cerca de US\$2,6 bilhões em recebimentos de exportações brasileiras e aproximadamente US\$170 milhões em pagamentos de importações.

Neste ano, o BCB terminou as atividades do Projeto de Redução de Riscos do CCR, que consistiu no mapeamento dos riscos aos quais está exposto, por ser responsável pelo repasse desses pagamentos e recebimentos do comércio intrarregional, modernizando o sistema de pagamentos. Os resultados foram apresentados aos demais bancos centrais e estão sendo discutidos na instância competente da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

Foi implementado, também, um novo sistema informatizado que envolve as instituições financeiras brasileiras, o BCB e o Centro de Operações do CCR (COP), localizado no Banco Central de Reservas do Peru. O novo Sistema CCR confere mais agilidade ao registro das operações e redução no risco operacional, por não demandar intervenções manuais por parte do BCB.

5.6 Relacionamento internacional com entidades de supervisão bancária

Em 2011, foi profícuo o intercâmbio de informações com entidades fiscalizadoras de outros países, com o objetivo de aprimorar a supervisão de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras no Brasil e de filiais e subsidiárias, no exterior, de instituições brasileiras.

Neste ano, os supervisores do BCB realizaram trabalhos de inspeção direta em agências e subsidiárias de dois bancos brasileiros na Argentina, de 24 a 28 de outubro.

O BCB promoveu o 1º Colégio de Supervisores do Banco do Brasil, em continuação ao processo iniciado em 2010 com o Banco Itaú Unibanco. Além disso, participou de dois Colégios de Supervisores de bancos estrangeiros com subsidiárias brasileiras – Santander e HSBC. Essas experiências contribuíram para compreensão da situação econômico-financeira, das estratégias e dos riscos assumidos mundialmente por esses bancos.

Como parte do intercâmbio de informações com as autoridades de supervisão estrangeiras, o BCB recebeu representantes de bancos centrais para reuniões com técnicos da área, a fim de tratar de assuntos relacionados à supervisão das agências e das subsidiárias brasileiras dos bancos com sede nos países respectivos.

Além dos dezessete memorandos de entendimento formais (MoUs) já assinados com doze países, estão em avançado processo de negociação acordos com China, Suíça, Itália, África do Sul e Coreia, além de um aditivo a um acordo já assinado com a Argentina. Esses convênios seguem as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Basileia.

Além disso, a supervisão brasileira está negociando acordo de cooperação e intercâmbio de informação com os países que integram o Gafisud, que tem o objetivo de desenvolver políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo na América do Sul.

Durante 2011, o BCB sediou eventos relevantes promovidos pela Asba. No Rio de Janeiro, treze servidores participaram do *Seminario Análisis de Riesgo de Mercado*, de 23 a 27 de maio. Esse evento contou com a coordenação técnica do Fed e teve o objetivo de proporcionar o conjunto básico de conhecimentos necessários para compreender o exame e a supervisão da carteira de negociação de uma instituição, bem como a visão geral da administração do risco de mercado, incluindo-se uma estratégia sistemática para análise desse risco nas carteiras de negociação. Em São Paulo, sob a coordenação técnica do *Financial Stability Institute* (FSI) e do BIS, a Asba promoveu o *Seminario Regional sobre Riesgo de Liquidez*, de 5 a 7 de julho, com participação de quatorze servidores do BCB. Participantes de diversos países discutiram as mais recentes propostas de regulação e práticas de administração do risco de liquidez.

Houve participação de representantes desta autarquia nos seguintes eventos promovidos pela Asba, realizados em outros países: na Espanha, *I Seminario sobre las Centrales de Información de Riesgos*, promovido em conjunto com o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla) e o Banco de Espanha, e *Supervisión en Base a Riesgos – El Modelo Español*, promovido em conjunto com o Banco de Espanha; no Panamá, *Curso Análisis de Crédito*; na República Dominicana, *Evaluación de Control Interno con Enfoque de Supervisión Basada en Riesgos*, promovido em conjunto com o Banco Central de la República Argentina (BCRA); na Argentina, *Seminario sobre Prácticas Supervisoras y Pilar 2*; e, no México, *Seminario Estabilidad Financiera y Temas Macropрудenciales*, em conjunto com o FSI.

A Asba também realizou, na Cidade do Panamá, a II Conferência de Coordenadores de Capacitação dos seus membros associados, com participação de representantes desta autarquia, com os objetivos principais de discutir os principais desafios da regulação e da supervisão nas Américas, pontos relacionados ao planejamento, execução e avaliação do Programa de Capacitação Continental (PCC), proposta de fortalecimento e revisão do PCC e possibilidades de contribuições do PCC para regulação e supervisão nas Américas.

5.7 Cooperação técnica internacional

O desempenho do Brasil vem despertando interesse na comunidade internacional pelas ações e pelos resultados alcançados. Este processo inclui, também, as ações do BCB. Assim, observa-se crescente número de solicitações de atividades de cooperação técnica por parte de bancos centrais para conhecer a experiência brasileira e as respostas dadas pelo BCB aos dilemas inerentes às atividades de autoridade monetária em uma economia emergente.

A área internacional do BCB registrou, nos últimos anos, a visita de diversas delegações estrangeiras. A prestação de cooperação técnica tem ocorrido também por meio de visitas dos servidores do BCB, no âmbito de projetos estruturados ou convênios. Cita-se, como exemplo, a cooperação no campo de gestão de riscos financeiros das reservas internacionais, com o BIS e a comunidade de bancos centrais.

Embora a maior parte das solicitações ainda seja de países da América Latina, do Caribe e da África, tem havido demanda por visitas de alto nível de autoridades de países da Ásia e da Europa. O diálogo e a troca de experiências estiveram focados em diferentes

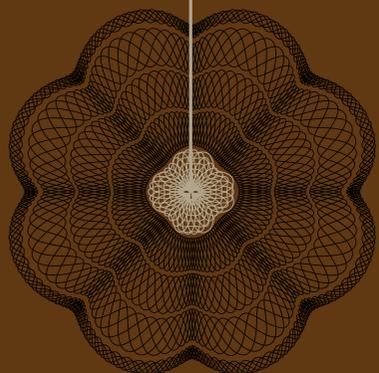
áreas, tais como microfinanças; formulação e mecanismos de transmissão da política monetária, inclusive sua orientação pelo sistema de metas de inflação; elaboração de modelos macroeconômicos; educação financeira; governança; recursos humanos; estrutura e funcionamento da Diretoria Colegiada; sistema de custos; supervisão bancária e regras de Basileia; gestão de numerário; e sistema de pagamentos.

As ações de cooperação técnica internacional têm sofrido significativo aprimoramento no que diz respeito ao processo de trabalho empregado, contando com o estabelecimento de parcerias institucionais, tais como a parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, para elaboração e execução de projetos abrangentes.

Outra forma de aprimoramento das ações de cooperação técnica internacional envolve a associação com outras entidades internacionais, vinculadas aos temas prioritários da agenda do BCB, como a Aliança para Inclusão Financeira (AFI), possibilitando que maior número de países ou instituições seja beneficiado. No âmbito dos trabalhos realizados com a AFI, entidade consultiva do G20 que reúne aproximadamente oitenta reguladores e supervisores de sistemas financeiros no mundo, o Brasil foi escolhido como coordenador do Grupo de Trabalho sobre Dados de Inclusão Financeira para disseminar o conhecimento e tornar viáveis tecnologias para identificação, coleta e mensuração de dados relativos ao grau de inclusão financeira em cada país.

6

Ação institucional



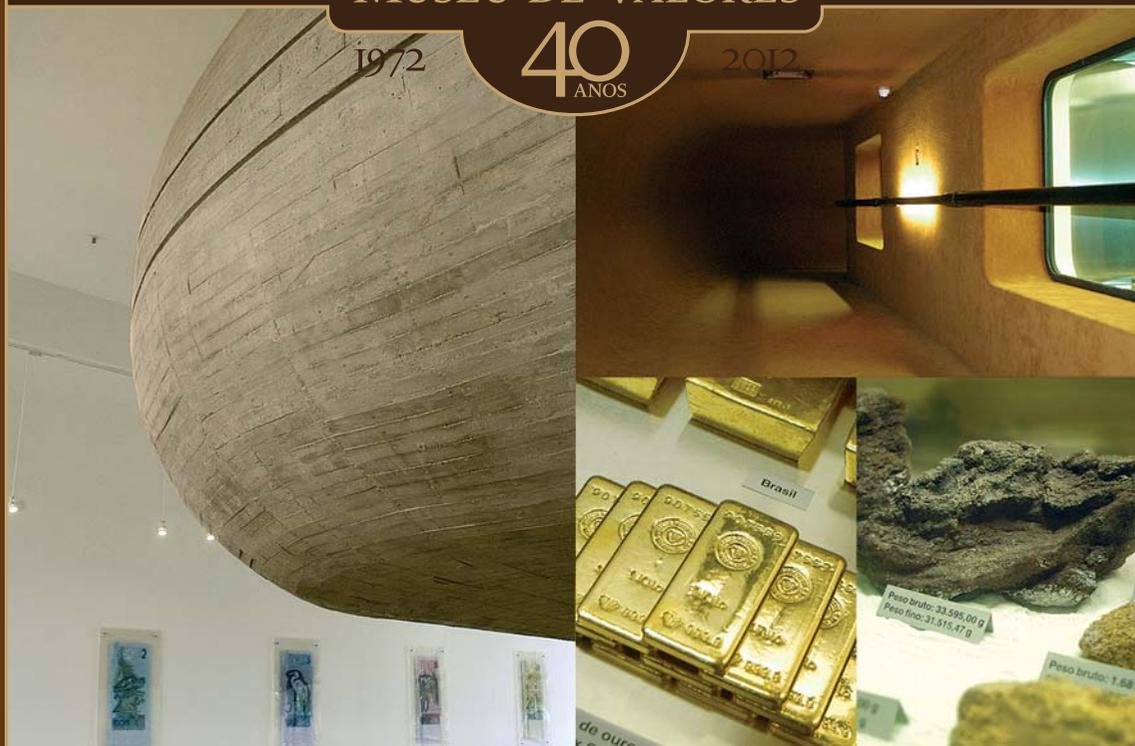
MUSEU DE VALORES

1972

40
ANOS

2012

Encontra-se
exposta na Sala
Ouro a maior
pepita do Brasil – a
Canaã, com mais
de 60kg.



A SALA OURO

A Sala Ouro do Museu de Valores, conhecida como Casulo, foi projetada de modo a permitir ao visitante a visão de sua casa-forte através de vitrines. São oito vitrines que exibem: ouro in natura; instrumentos de fundição; ouro amoeado e de investimento; ouro usado em medalhas, sinetes e condecorações; barras good delivery, negociadas em bolsas internacionais de ouro; variadas barras e pepitas; painel explicativo do processo eletrolítico de refino do ouro.

6.1 Relacionamento com o Congresso Nacional

Em 2011, foi intensa a atividade legislativa, em especial no tocante ao acompanhamento da crise financeira internacional, que colocou a área econômica no centro dos debates e discussões de proposições destinadas a mitigar seus efeitos no Brasil.

Visando auxiliar o Poder Legislativo no acompanhamento de temas relacionados às suas atribuições, o BCB promoveu diversos encontros, dentre os quais destacam-se as audiências realizadas no Edifício-Sede, em Brasília, concedidas pelos dirigentes desta autarquia a parlamentares, assim como reuniões realizadas no Congresso Nacional, com participação de representantes desta instituição. O presidente do BCB participou de audiências públicas trimestrais, de reuniões de diversas comissões temáticas da Câmara e do Senado, nas quais foram feitas exposições acerca do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial, em que se evidenciaram o impacto e o custo fiscal de suas operações, além dos resultados demonstrados nos balanços. Nesses encontros, também foram abordados temas atinentes à política monetária e aos impactos no país da crise internacional.

O relacionamento entre esta autarquia e o Parlamento contempla respostas a pleitos formais e informais oriundos do Poder Legislativo, como a requerimentos de informação de autoria dos deputados e senadores. Com o objetivo de cooperar na elaboração de leis, o BCB acompanhou cerca de 750 proposições legislativas sobre matérias que se inserem na esfera de competência da instituição, fornecendo pareceres sobre cada assunto.

6.2 Atendimento ao Poder Judiciário

O BCB atendeu, em 2011, a 4,596 milhões de demandas oriundas dos poderes constituídos, sendo sua maioria proveniente do Poder Judiciário. Desse total, o sistema Bacen Jud registrou 4,538 milhões de pedidos, apresentando acréscimo de 9,4% em relação ao ano anterior. O número de ordens judiciais em papel – 57,5 mil – representou redução de 2,4% em relação ao ano anterior.

6.3 Seminários, conferências e outros eventos

O BCB promoveu cerca de 150 eventos em 2011, com presença de 14 mil pessoas. Destacam-se os seminários anuais de Metas para a Inflação (13^a edição) e o de Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária (6^a edição), realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente, com o objetivo de fomentar a discussão de estudos técnicos e a troca de experiências entre especialistas nacionais e internacionais sobre formulação e execução da política monetária. Esse último ocorreu em conjunto com o seminário “*The Financial Crisis of 2008 – Credit Markets and Effects on Developed and Emerging Economies*”, o qual contou com a participação de pesquisadores de diversos países e foi promovido com a colaboração do *Journal of Banking and Finance*.

O BCB também promoveu eventos sobre inclusão financeira, responsabilidade socioambiental e educação financeira, com destaque para o III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira (detalhes no item 1.2 Inclusão e educação financeira, página 17, deste relatório) e para o Fórum BCB-GIZ de Educação Financeira para Adultos – Aprofundamento das Discussões Estratégicas. O segundo foi realizado em dezembro, em parceria com a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) – Agência Alemã de Cooperação Internacional –, e contou com participação de representantes do Comitê Nacional de Estratégia Financeira e entidades parceiras no desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

O BCB organizou, em junho, no âmbito do G20, seminário internacional para debater a experiência internacional sobre coordenação entre as políticas monetárias e regulação financeira, com destaque para os limites, os impactos e a efetividade das medidas macroprudenciais após a crise. Participaram representantes de bancos centrais e ministérios de economia ou finanças de 28 países, além de acadêmicos de renome internacional e representantes de organizações internacionais como FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e BIS.

Em dezembro, no Rio de Janeiro, o BCB promoveu, em parceria com o BIS, o evento *Emerging Markets Monitoring Group Meeting*, que contou com participação de bancos centrais de vinte países, além do Banco Central Europeu. No encontro, foram abordados os possíveis impactos da crise da dívida soberana nas economias com mercados emergentes, a gestão dos fluxos de capitais em períodos de elevada volatilidade e a situação dos sistemas financeiros.

Durante 2011, o BCB foi responsável pela realização de eventos anuais, em parceria com o Cemla, como a VII Reunião de Assessores de Política Monetária, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 7 e 8 de abril de 2011; o V Encontro de Responsabilidade de Segurança do Banco Central, que ocorreu também na cidade do Rio de Janeiro, em 20 e 21 de outubro de 2011; e o seminário Migração e Remessas, em Salvador, em 27 e 28 de novembro, como parte integrante de projeto de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Teve lugar ainda o curso Gestão de Projetos para a Implementação e o Desenvolvimento de Oficinas de Gestão de Projetos (PMO), realizado em Curitiba entre 10 e 12 de agosto de 2011. Participaram dos eventos representantes de países como Bolívia, El Salvador, Honduras, México, Aruba, Nicarágua, Chile, Jamaica, Canadá e Brasil, instituições internacionais e cerca de dez bancos centrais da região, além do Banco de Espanha e do Banco Central da Rússia.

Adicionalmente, foram realizados 27 seminários em Brasília e sete no Rio de Janeiro, que fazem parte da Série de Seminários Acadêmicos. Promovidos pela Diretoria de Política Econômica do BCB, esses seminários objetivam disseminar resultados de pesquisas de interesse da instituição e incentivar a interação do seu corpo técnico com a comunidade acadêmica.

Com o intuito de divulgar resultados e de receber sugestões de participantes do mercado, de acadêmicos e de outras instituições governamentais, o BCB participou de seminários, congressos e *workshops* no Brasil e no exterior, assim como de atividades de capacitação e visitas técnicas, visando constante aprendizado e atualização de conhecimentos, imprescindíveis à execução de suas tarefas.

6.4 Atuação legal

O BCB, no final de 2011, acompanhou e avaliou, na área do contencioso judicial, os riscos de 5.432 ações movidas contra esta autarquia, estimando os valores de interesse e o risco de perda em cada uma. Esse risco foi avaliado como provável em 1.168 das ações examinadas, o que levou à provisão de R\$3,2 bilhões. O mesmo procedimento foi adotado em 87 ações judiciais relativas ao Proagro, resultando na provisão do montante de R\$60,3 milhões.

Nos processos encerrados no exercício de 2011, o resultado foi favorável ao BCB em 2.586 ações judiciais de conhecimento ou cautelares e desfavorável em 425. Em cerca de

quinhentos dos casos com resultado favorável, a autarquia foi excluída da lide, ou o processo foi extinto sem julgamento do mérito.

O BCB recebeu, em 2011, requisição de 64 precatórios para pagamento em 2012 e em exercícios seguintes, sendo 57 com recursos desta autarquia e sete com recursos do Proagro, totalizando o estoque contábil acumulado de R\$764 milhões em 31 de dezembro de 2011, destinados ao pagamento de precatórios expedidos nos dez anos anteriores.

Foram registradas 148 inscrições em dívida ativa no exercício, no valor originário total de R\$105 milhões.

6.5 Projeto Recuperação de Créditos

O Projeto Recuperação de Créditos, conduzido pelo BCB de agosto de 2006 a novembro de 2011, teve por objetivo realizar análise minuciosa de todos os processos de execução fiscal em andamento e de todas as ações e precatórios com depósitos judiciais registrados na contabilidade desta autarquia.

Foi recuperado ao longo do Projeto, entre 14 de agosto de 2006 a 14 de dezembro de 2011, o montante de R\$307,3 milhões, caracterizando-se a evolução destacada no quadro seguinte.

Evolução das atividades do processo	
Período	Valores recebidos
2000-2005	R\$2.001.429,05
14 de agosto de 2006-2011	R\$307.320.283,17

Em decorrência da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, foram recebidos oitenta pedidos de pagamento a vista ou parcelado, com os benefícios da norma legal, referentes a créditos do BCB, que, atualizados para a data dos pleitos mencionados, formulados no último trimestre de 2010, somam R\$63,8 bilhões. Com o cálculo dos abatimentos previstos na lei, apurou-se, para os referidos créditos, o valor consolidado de R\$46,7 bilhões.

Dos oitenta pedidos, já resultaram 49 acordos, dezoito deles para pagamento a vista, encontrando-se os demais em exame. Até o final de 2011, já haviam sido arrecadados, com base nos ajustes firmados, R\$114,3 milhões, sendo R\$24,3 milhões correspondentes a acordos que resultaram em pagamento integral a vista e R\$90 milhões, a acordos para pagamento parcelado.

6.6 Acesso às normas do Sistema Financeiro Nacional

O BCB aprimorou a forma de acesso às normas do SFN por cidadãos, iniciativa privada e órgãos de governo, por meio da implementação do Sistema Normativos. Disponível no site desta autarquia – <http://www.bcb.gov.br/?BUSCA_NORMA> –, esse sistema oferece todas as normas publicadas desde 1965 pelo BCB e pelo CMN – resoluções, circulares e cartas circulares –, além de informar quais estão vigentes e que alterações sofreram.

O novo sistema proporcionou economia de recursos materiais e humanos, ao reduzir a impressão de documentos e redirecionar diversos profissionais dentro e fora do BCB, que até então se dedicavam apenas à atualização da legislação.

Desde sua implementação, em outubro, até o final de 2011, o Sistema Normativos tem registrado, em média, mais de mil visitas diárias.

6.7 Gestão de riscos corporativos

Nos últimos anos, o BCB tem se preocupado com os riscos associados às suas atividades, notadamente no que se refere a identificação, mensuração e monitoramento das exposições a risco das suas áreas de atuação. Pode-se destacar o processo de gestão de riscos associado à alocação estratégica das reservas internacionais, evidenciado no Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, publicado anualmente pelo BCB e considerado referência internacional.

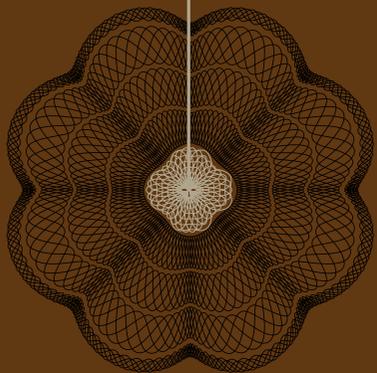
No intuito de aprimorar a governança corporativa da instituição, foi dado importante passo em maio deste ano, com a constituição da Gerência-Executiva de Riscos Corporativos e Referências Operacionais (Geris), que passou a ser responsável pela gestão integrada das diversas dimensões de risco do BCB, tais como riscos financeiro, estratégico, de imagem, legal e operacional.

A gestão integrada e eficiente do risco (*Enterprise Risk Management* – ERM) contribui significativamente para melhoria contínua das atividades do BCB, possibilitando melhor alocação dos recursos institucionais, humanos e financeiros. Além disso, proporciona mais transparência na definição do apetite a risco da instituição, permitindo adequá-lo aos objetivos estratégicos do BCB. Neste processo, as referências operacionais propostas pela Geris e definidas pela Diretoria Colegiada cumprem função fundamental.

Com a adoção de um modelo integrado e estruturado de gerenciamento de riscos, o BCB se alinha às melhores práticas internacionais, consolidando sua posição de excelência acerca do tema. O BCB participa de cooperações técnicas e fóruns de discussões internacionais em que fica ressaltada sua posição de destaque em gestão de riscos na comunidade de bancos centrais.

7

Ação administrativa



MUSEU DE VALORES

1972

40
ANOS

2012



O Museu de Valores do Banco Central em Curitiba está localizado na Avenida Cândido de Abreu, 344, no Centro Cívico.

O MUSEU DE VALORES NAS REGIONAIS

Aproveitando a oportunidade do Projeto de Modernização dos Edifícios Funcionais do Banco Central, o Museu de Valores passará por revitalização nas praças que o possuem e criação de espaço nas praças que não o possuem.

O objetivo é disponibilizar ao público um espaço que exponha a história da evolução dos meios de pagamento atendendo aos critérios de acessibilidade. Um exemplo de nova instalação do projeto é o Museu de Valores em Curitiba.

7.1 Gestão interna

A efetividade de seu plano estratégico e a eficiência de seus processos de trabalho têm sido o objetivo das ações empreendidas pelo BCB com vistas ao aprimoramento de sua gestão.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Em 2011, o BCB deu continuidade às ações de aprimoramento da gestão. Na Diretoria Colegiada, a mudança mais expressiva deu-se com a transferência das atribuições relativas à organização do SFN e à supervisão das operações de crédito rural para o diretor responsável pelas funções de liquidações e desestatização. A instituição também buscou consolidar as atividades de gestão de riscos corporativos, harmonizando abordagens e metodologias.

Várias ações de cunho mais restrito visaram à melhoria nos processos de trabalho da instituição. Dentre elas, destaca-se a execução de cerca de duzentas iniciativas que atendem às orientações estratégicas estabelecidas pela Diretoria Colegiada e trazem melhorias para os processos das áreas envolvidas. Complementando essas iniciativas, 62 processos do BCB foram mapeados e redesenhados desde 2009, o que envolveu todas as áreas da instituição, correspondendo a 35% dos processos que impactam o alcance dos objetivos estratégicos do BCB. Além disso, obteve-se padronização, racionalização e controle de atividades, mais interação entre áreas e definição de indicadores operacionais para acompanhamento desses processos.

GESTÃO DA CARTEIRA DE PROJETOS CORPORATIVOS

No âmbito do gerenciamento do portfólio de projetos corporativos, foi desenvolvida, em 2011, uma metodologia que contribuiu para a priorização das ações de mudanças no BCB e a otimização na alocação de recursos. Também foi ampliado o programa de desenvolvimento de gerentes de projeto, incluindo-se estímulo à obtenção da certificação *Project Management Professional* (PMP), que elevou para 84 o número de servidores certificados. Essas iniciativas ensejaram benefícios para uma carteira de 77 projetos corporativos em execução em 2011, com impacto em 23 departamentos. Dentre os diversos produtos entregues no ano, cabe destacar a elaboração do diagnóstico (*self-assessment*) sobre implementação e aplicação dos princípios de Basileia para supervisão bancária, a realização de fóruns sobre Inclusão Financeira e a edição do livro comemorativo sobre os dez anos de metas para a inflação no Brasil.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 2011, assim como nos dois últimos anos, a prioridade em gestão de pessoas no BCB foi identificar e desenvolver ações para mitigar o risco operacional representado pelo significativo número de aposentadorias ocorridas nos últimos anos e previstas para os próximos. Durante 2011, aposentaram-se 382 servidores, o que consolidou a sequência de crescimento do número anual de aposentadorias no último triênio, 270 em 2009 e 331 em 2010. Até 2014, aproximadamente 30% dos servidores poderão se aposentar.

Foram também organizadas ações relacionadas à avaliação de servidores em estágio probatório, à concepção de sistemática de avaliação de desempenho de todos os servidores do BCB, à definição de critérios de alocação de servidores novos e de mobilidade interna, além de se proceder à revisão dos processos de trabalho relativos aos concursos do BCB. Ressalte-se que, em decorrência dos últimos concursos realizados, entraram em exercício doze procuradores, 94 analistas e 44 técnicos.

Em 31 de dezembro de 2011, o quadro de pessoal do BCB totalizava 4.604 servidores, assim distribuídos: 3.734 analistas, 683 técnicos e 187 procuradores. Considerando entradas e saídas, o quadro de pessoal ao final de 2011 era 6% menor que o existente ao final de 2010.

Na área de saúde e qualidade de vida, destaca-se a continuidade do Programa Ciclos de Preparação para Aposentadoria, que atendeu a cerca de quarenta servidores no exercício, e do Programa de Acompanhamento de Doenças Crônicas (VEMSER), com adesão de 1.145 pessoas.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Programa Geral de Construções (PGC), que visa dotar o BCB, em todas as praças em que opera, de instalações adequadas para seu funcionamento – notadamente as atividades do Meio Circulante, que requerem instalações especiais – teve continuidade em 2011, com o início da obra de construção do novo edifício no Rio de Janeiro, no bairro portuário da Gamboa, e finalização dos projetos para as obras em Salvador e Porto Alegre. Neles, estão sendo empregados os conceitos de sustentabilidade ambiental, notadamente no que se refere a aproveitamento de águas pluviais, vidros reflexivos, ar condicionado ecológico e automação predial.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

Em 2011, foi iniciada a implementação do sistema e-BC, que possibilita o cadastramento, a produção, a tramitação, o armazenamento, a consulta e o controle de processos

e dossiês e de documentos exclusivamente em meio eletrônico. Com o uso efetivo do sistema de gestão de documentos, que traz enormes vantagens em relação aos documentos em papel, prevê-se mais rapidez, segurança e eficiência no trato de assuntos que necessitam de registro documental.

GESTÃO NA PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL

A fim de aprimorar a gestão interna e a governança corporativa no âmbito da PGBC, iniciou-se um processo de gestão estrategicamente planejado. Entre os objetivos atingidos por meio dessa iniciativa, estão o aperfeiçoamento do processo de avaliação do risco legal, o acompanhamento e o apoio às demais unidades da autarquia na implementação do e-BC, a sistematização da comunicação interna e externa e a elaboração de manuais de rotinas e procedimentos internos.

Com auxílio da PGBC, o BCB tem trabalhado para alcançar excelência na elaboração dos seus editais de licitação, especialmente no que se refere ao edital de licitações de serviços em informática, em constante contato com a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.2 Universidade Banco Central do Brasil

A UniBacen vem ampliando as oportunidades de desenvolvimento oferecidas aos servidores do BCB, firmando convênios e parcerias com diversas instituições, dos quais destacam-se o convênio com a Universidade de Illinois e a parceria com o FMI.

O convênio firmado com a Universidade de Illinois prevê cooperação técnica em estudos de temas ligados a bancos centrais e capacitação de servidores do BCB. A parceria com o FMI possibilitou a realização, em novembro de 2011, do curso Prognóstico Macroeconômico, o qual contou com participantes do BCB, servidores de outros órgãos da Administração Pública Federal e dezessete participantes estrangeiros, representantes de Angola e de países da América Latina.

O Plano Anual de Capacitação do BCB (PAC) foi reconhecido pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP) como importante referência para outros órgãos do governo federal, tendo sido objeto de apresentação feita pela UniBacen no 2º Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, promovido por aquela SRH/MP.

Em 2011, foram realizadas mais de seiscentas ações educacionais, proporcionando aos servidores mais de 6,5 mil oportunidades de capacitação. O Programa de Pós-Graduação liberou dezenove servidores para participação em cursos de mestrado e de doutorado no país e no exterior e concedeu a dez servidores patrocínio financeiro para capacitação *lato sensu*. O Programa de Idiomas propiciou a 461 servidores a oportunidade de aprimorar o conhecimento nas línguas inglesa e espanhola, e o Programa de Incentivo à Primeira Graduação concedeu auxílio financeiro a 41 profissionais.

7.3 Tecnologia da Informação

Em 2011, foram concluídos 111 projetos de Tecnologia da Informação (TI) ligados ao aperfeiçoamento da infraestrutura de TI, bem como novas soluções para as áreas de negócio do BCB. Foram também concluídas 2.502 solicitações de manutenção em sistemas, e o suporte técnico do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) atendeu a 27.568 chamados das instituições financeiras e da sociedade que demandaram orientações sobre os sistemas disponíveis.

A disponibilidade média dos serviços de TI do Bacen em 2011 foi de 99,875%, superando a meta normativa de 99,80%. Esse índice reflete o esforço do BCB em garantir alta qualidade, confiabilidade e processamento ininterrupto dos programas e aplicativos que suportam o Sisbacen, como o STR, o SCR, o Sistema de Atendimento às Demandas Judiciais (BacenJud).

Dentre os sistemas disponibilizados em 2011, merecem destaque o Sistema Normativos, que possibilita a consulta em tempo real de todas as normas do BCB e do CMN; consulta ao *site* do GMM, que provê informações estatísticas fiscais harmonizadas dos países do Mercosul; e automatização do envio de informações de despesas com contratos do BCB para o Portal da Transparência.

Merece destaque também a modernização do sistema Câmbio, que capta as informações das operações de câmbio, o que propicia consolidação de dados e acompanhamento das operações com mais eficácia, reduzindo custos operacionais para o sistema financeiro.

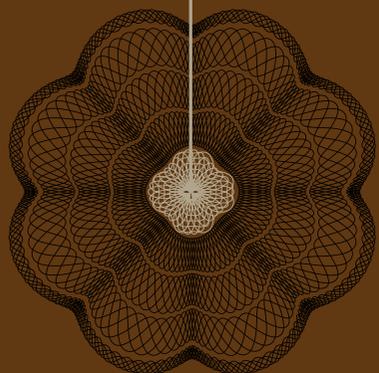
7.4 Atividades da Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil

A Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil (Coger), que compõe o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, exerce as atividades de prevenção e apuração de irregularidades atribuídas a servidores desta instituição, integrantes da carreira de Especialista do BCB.

Em decorrência de suas atribuições, foram instauradas, no exercício de 2011, cinco sindicâncias disciplinares investigativas, uma sindicância disciplinar acusatória e seis processos administrativos disciplinares, e foram aplicadas duas penalidades de advertência e uma de suspensão por cinco dias.

8

Orientações estratégicas do Banco Central do Brasil



MUSEU DE VALORES

1972

40
ANOS

2012



A exposição O óleo e o ácido montada para a reabertura da Galeria em dezembro de 2006.

A GALERIA DE ARTE

A coleção do Banco Central possui um importante acervo de obras de arte representativas do Modernismo brasileiro. Destacam-se trabalhos de alguns dos principais modernistas históricos – Tarsila do Amaral, Emiliano Di Cavalcanti, Candido Portinari, Cícero Dias, Vicente do Rêgo Monteiro, Ismael Nery, entre outros –, que contribuíram para a renovação de nosso cenário artístico e cultural nas primeiras décadas do século passado.

A Galeria foi inaugurada em Brasília em 1989, para a divulgação do acervo pertencente à instituição. Em 1997, foi desativada para reformulação do espaço e reaberta para visitação pública, no 8º andar do Edifício-Sede do Banco Central, em 21 de dezembro de 2006.

Missão institucional

Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Visão de futuro 2014

O Banco Central, por sua atuação autônoma, pela qualidade dos seus produtos e serviços, assegurada pelos seus processos de gestão, pela competência dos seus servidores, será reconhecido cada vez mais como instituição essencial à estabilidade econômica e financeira, indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Valores organizacionais

Ética – Agir com integridade, honestidade e probidade para a preservação dos interesses institucionais e dos princípios que regem a Administração Pública.

Excelência – Aprimorar continuamente os padrões de desempenho para atender às expectativas dos clientes internos e externos, mantendo-se alinhado às melhores práticas internacionais.

Compromisso com a instituição – Priorizar os interesses da instituição em relação a interesses pessoais ou de grupos e atuar com foco na missão, na visão e nos objetivos estratégicos da instituição.

Foco em resultados – Atuar com iniciativa e proatividade, identificando prioridades e concentrando ações no que é relevante para alcançar os resultados pretendidos pela instituição.

Transparência – Informar, interna e externamente, sobre decisões de políticas e procedimentos, de forma aberta, clara e em tempo oportuno, observadas as restrições de ordem legal ou de caráter estratégico.

Responsabilidade social – Agir tendo a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com servidores, colaboradores, fornecedores, parceiros, usuários, comunidade, governo.

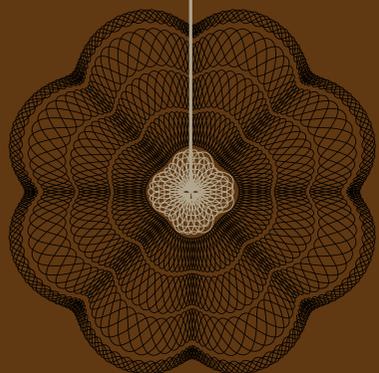


Objetivos estratégicos 2010-2014

1. Assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo CMN.
2. Assegurar a solidez e o regular funcionamento do SFN.
3. Promover a eficiência do SFN e a inclusão financeira da população.
4. Assegurar o suprimento de numerário adequado às necessidades da sociedade.
5. Aprimorar o marco regulatório para o cumprimento da missão institucional.
6. Promover melhorias na comunicação e no relacionamento com os públicos interno e externo.
7. Aprimorar a governança, a estrutura e a gestão da instituição.
8. Fortalecer a inserção internacional da instituição.

9

Estrutura organizacional do Banco Central do Brasil



MUSEU DE VALORES

1972

40
ANOS

2012



Perspectiva interna para a área numismática do Museu de Valores apresentada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

O NOVO ESPAÇO DO MUSEU DE VALORES

Em Brasília, o Museu de Valores está passando por readequação arquitetônica de sua área expositiva, o que também englobará o remanejamento da Galeria de Arte e espaços complementares. Essa readequação beneficiará também o acesso ao espaço de convívio dos visitantes da área cultural e aos auditórios.

O aumento significativo do número de visitantes e o surgimento de outros espaços de cunho cultural no prédio demandaram a conciliação da severa segurança exigida para as áreas de escritório com a melhoria da acessibilidade dos escolares e público em geral às atividades culturais oferecidas pelo Banco Central.



Diretoria Colegiada

Presidente

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

Diretores

Administração – Dirad

ALTAMIR LOPES

Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos – Direx

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA

Fiscalização – Difis

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES

Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural – Diorf

SIDNEI CORREIA MARQUES

Política Econômica – Dipec

CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO

Política Monetária – Dïpom

ALDO LUIZ MENDES

Regulação do Sistema Financeiro – Dinor

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo

LUIZ EDSON FELTRIM

Secretaria da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional – Sucon

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA

Gerência-Executiva de Apoio Administrativo e Tecnológico – Geate

JOSÉ AUGUSTO VARANDA

Gerência-Executiva de Comunicação – Comun

JOSÉ LINALDO GOMES DE AGUIAR

Assessoria de Imprensa – Asimp

PAULA CASTELLO BRANCO TEKLEBURG

Chefias de Gabinete de Diretor

Administração – Dirad

CAROLINA DE ASSIS BARROS

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Direx

WAGNER THOMAZ DE AQUINO GUERRA JUNIOR

Fiscalização – Difis

ANDRÉIA LAÍS DE MELO SILVA VARGAS

Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural – Diorf

MAURICIO COSTA DE MOURA

Política Econômica – Dîpec

KATHERINE HENNINGS

Política Monetária – Dfom
EMANUEL DI STEFANO BEZERRA FREIRE

Regulação do Sistema Financeiro – Dinor
ALOÍSIO TUPINAMBÁ GOMES NETO

Procuradoria-Geral

Procurador-Geral
ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA

Auditoria Interna

Auditor-Chefe
OSMANE BONINCONTRO

Corregedoria-Geral

Corregedor-Geral
JAIME ALVES DE FREITAS

Ouvidoria

Ouvidor
HÉLIO JOSÉ FERREIRA

Assessoria Parlamentar

Chefe da Assessoria
LUIZ DO COUTO NETO

Gabinete do Presidente

Chefe de Gabinete

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO

Assessoria Econômica – Assec

ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE

PEDRO CALHMAN DE MIRANDA

Chefes de Unidade e Gerentes-Executivos

ADMINISTRAÇÃO – DIRAD

Departamento de Contabilidade e Execução Financeira – Deafi

EDUARDO DE LIMA ROCHA

Departamento de Gestão de Pessoas – Depes

NILVANETE FERREIRA DA COSTA

Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão – Depog

ADALBERTO FELINTO DA CRUZ JÚNIOR

Departamento de Infraestrutura e Gestão Patrimonial – Demap

ANTONIO CARLOS MENDES OLIVEIRA

Departamento de Segurança – Deseg

GONTRON MAGALHÃES JÚNIOR

Departamento de Tecnologia da Informação – Deinf

MARCELO JOSÉ OLIVEIRA YARED

Departamento do Meio Circulante – Mecir

JOÃO SIDNEY DE FIGUEIREDO FILHO

Universidade Banco Central do Brasil – UniBacen

JULIANA MOZACHI SANDRI BARRAL

ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS – DIREX

Departamento de Assuntos Internacionais – Derin

BRUNO WALTER COELHO SARAIVA

Gerência-Executiva de Riscos Corporativos e Referências Operacionais – Geris

ISABELA RIBEIRO DAMASO MAIA

FISCALIZAÇÃO – DIFIS

Departamento de Controle de Gestão e de Planejamento da Supervisão – Decop

HAROLD PAQUETE ESPINOLA FILHO

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – Desig

LÚCIO RODRIGUES CAPELLETTO

Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro – Decic

RICARDO LIÃO

Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários – Desup

CARLOS DONIZETI MACEDO MAIA

Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias – Desuc

JOSÉ ANGELO MAZZILLO JÚNIOR

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL – DIORF

Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos – Decap

CLÁUDIO JALORETTO

Departamento de Liquidações Extrajudiciais – Deliq

DAWILSON SACRAMENTO

Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf
ADALBERTO GOMES DA ROCHA

Gerência-Executiva de Regulação, Fiscalização e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro – Gerop
DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA

POLÍTICA ECONÔMICA – DIPEC

Departamento de Estudos e Pesquisas – Depep
ADRIANA SOARES SALES

Departamento Econômico – Depec
TULIO JOSÉ LENTI MACIEL

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais – Gerin
RENATO JANSSON ROSEK

POLÍTICA MONETÁRIA – DIPOM

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – Deban
DASO MARANHÃO COIMBRA

Departamento das Reservas Internacionais – Depin
MÁRCIO BARREIRA DE AYROSA MOREIRA

Departamento de Operações do Mercado Aberto – Demab
JOÃO HENRIQUE DE PAULA FREITAS SIMÃO

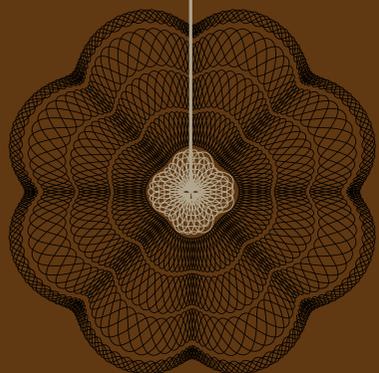
REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO – DINOR

Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Denor
SÉRGIO ODILON DOS ANJOS

Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros – Gence
GERALDO MAGELA SIQUEIRA

10

Endereços do
Banco Central do Brasil



MUSEU DE VALORES

1972

40
ANOS

2012



Perspectiva interna para a área do acervo artístico do Museu de Valores apresentada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

O NOVO ESPAÇO DO MUSEU DE VALORES

No contexto do Projeto de Modernização da Infraestrutura do Edifício-Sede do Banco Central, buscou-se uma proposta que facilitará o acesso ao prédio para quem utiliza o sistema público de transporte de Brasília (metrô e ônibus), reunirá em um espaço amplo, generoso e independente o Museu de Valores, a Galeria de Arte e o Espaço Cultural, juntamente com os auditórios, e resgatará o convívio cotidiano dos funcionários e visitantes do Banco nos jardins do edifício.

O novo espaço privilegiará a divulgação e a valorização dos acervos numismático e artístico do Museu de Valores em seus projetos educativos.

Brasília (sede)

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede
Caixa Postal 08670
70074-900 Brasília – DF
Tel.: (61) 3414-1414

Belém

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 Belém – PA
Tel.: (91) 3181-2000

Belo Horizonte

Avenida Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3253-7441

Curitiba

Avenida Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 Curitiba – PR
Tel.: (41) 3281-3000

Fortaleza

Avenida Heráclito Graça, 273 – Centro
60140-061 Fortaleza – CE
Tel.: (85) 3308-5488 e 3308-5529

Porto Alegre

Rua Sete de Setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 Porto Alegre – RS
Tel.: (51) 3215-7100

Recife

Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro
50040-090 Recife – PE
Tel.: (81) 2125-4100

Rio de Janeiro

Avenida Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2189-5244

Salvador

Avenida Aníta Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 Salvador – BA
Tel.: (71) 2109-4500

São Paulo

Avenida Paulista, 1.804 – Bela Vista
01310-922 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3491-6922

Central de Atendimento ao Público

Endereço: Secre/Comun/Diate
Edifício-Sede – 2º subsolo
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>